

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/12/2022 a 31/12/2022

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/13

181.2022	Sessão Ordinária - CD	20/12/2022-09:48
Publ.: DCD - 12/21/2022 - 61	Roberto de Lucena-REPUBLICANOS -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Assunção pelo orador da Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo. Enfrentamento da pandemia de Covid-19 pela Câmara dos Deputados. Desafio de recuperação das áreas econômica e social brasileiras. Avanço da criação do marco legal do saneamento básico e da realização da reforma previdenciária. Importância de realização das reformas administrativa e tributária. Resgate da autonomia e da independência da Câmara dos Deputados. Discussão pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, sobre a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com vista à implementação do Programa Bolsa Família e à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Votos de feliz Natal e próspero Ano-Ano aos Parlamentares extensivos aos servidores da Casa e ao povo brasileiro.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (REPUBLICANOS - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por 12 anos consecutivos, eu tenho servido nesta Casa ao povo de São Paulo e ao povo do Brasil. Hoje, dia 20 de dezembro, quando o meu pai, o Pastor Antônio Vieira de Lucena, se vivo estivesse, completaria 87 anos, pela última vez, nesta legislatura, assomo a esta tribuna para agradecer a Deus e ao povo paulista a oportunidade de, com dignidade, com honradez e com afinco, ter aqui trabalhado e composto este Poder e, em nome dos meus eleitores, ter aqui lutado contra a corrupção, ter lutado em defesa da vida e da família, ter lutado por justiça social.

Convocado agora pelo Governador Tarcísio de Freitas, estarei, com o apoio do meu partido, o Republicanos, atuando na Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, setor que é responsável por 7% do PIB do Estado, o que corresponde a cerca de 220 bilhões de reais, e que produz mais de 2 milhões de empregos. A nossa luta por São Paulo e pelo Brasil continua, porém agora em outra trincheira.

Foi, Sras. e Srs. Deputados, nobres pares, é para mim uma elevada honra servir ao lado de V.Exas. e aqui ter enfrentado o maior desafio da nossa geração, que se deu nesta legislatura: a pandemia de COVID-19, doença que ceifou a vida de centenas de milhares de brasileiros. Este Poder, o Poder Legislativo, soube reagir, soube dar as respostas necessárias em parceria com o Poder Executivo, com o Poder Judiciário, para que nós pudéssemos criar as condições de proteger o povo brasileiro, proteger as famílias, buscar as soluções, de forma que essa tragédia não fosse maior ainda do que já foi.

Seguem os desafios: o desafio da recuperação econômica, da recuperação social, o desafio de nós não patrocinar nesta Casa retrocessos dos avanços importantes que tivemos, como o marco do saneamento básico, a reforma previdenciária, a reforma trabalhista e outras.

Há a necessidade de que esse espírito reformista continue, com comprometimento com o futuro do nosso País, passando pela reforma administrativa, pela reforma tributária, fazendo a este País as entregas que a sociedade espera de nós, espera desta Casa. E ela, com altivez, deve recuperar a sua soberania, a sua autonomia, a sua independência e deve colocar as suas digitais na construção desta sociedade pela qual todos nós lutamos, essa sociedade que o Brasil espera que seja construída, seja consolidada, seja produzida.

Meus amigos, hoje discutiremos aqui uma PEC importante. A decisão do Superior Tribunal Federal de ontem contempla o Auxílio Brasil. Nós precisamos ser muito cuidadosos em relação àquilo que vamos fazer. O Brasil e o mundo estão atentos à decisão que tomaremos e à mensagem que estaremos enviando. Esperamos que a mensagem seja de seriedade, de responsabilidade, de compromisso com o equilíbrio fiscal, porque, em sendo diferente disso, nós estaremos condenando o Brasil a consequências terríveis.

Quero desejar a todos um bom Natal e um feliz 2023.

Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 2/13

181.2022	Sessão Ordinária - CD	20/12/2022-19:12	
Publ.: DCD - 12/21/2022 - 239	Tiago Mitraud-NOVO -MG		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE



Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.441, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 11.416, de 2016, com vista ao reajuste da remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Perfeito, Presidente.

Até para não ser injusto com as demais carreiras, porque nós aqui, como V.Exa. muito bem reconheceu, bravamente temos lutado contra esses aumentos, aqui fica também o registro do Partido Novo contrário a esses aumentos dos servidores do Judiciário.

Eu repito o que disse outras vezes. O que nós deveríamos estar votando aqui é a PEC 32, não essa de 2022, mas a de 2020, que acaba com inúmeros privilégios hoje presentes na elite do funcionalismo público do Brasil, entre eles as férias de mais de 30 dias de inúmeras carreiras, como as do Judiciário, que, além de terem os 30 dias de férias, ainda usufruem de largos recessos do Poder Judiciário.

Entre o que também deveríamos votar aqui, Presidente, está uma reforma administrativa da Câmara dos Deputados, mas, infelizmente, esse assunto não caminhou nos últimos anos.

O que deveríamos aprovar aqui é como nós vamos fazer para o Estado brasileiro caber dentro do bolso do cidadão brasileiro, Mas o que acontece é que o cidadão brasileiro tem que trabalhar por mais de 5 anos para que nós tenhamos somente o custo do Estado sendo coberto. E o que sobra para cada cidadão é muito pouco.

E agora o que nós votamos diz respeito a mais uma categoria, a mais um grupo de servidores que já são muito bem remunerados, que já estão naquele grupo de brasileiros que não está sujeito à perda de renda, que não está sujeito às intempéries econômicas que o País vive. Para eles estamos votando agora, ao menos, a urgência de um aumento salarial em um bloco de mais de dez projetos em que inúmeras categorias são beneficiadas. A única categoria que não está sendo beneficiada hoje é a do cidadão brasileiro pagador de impostos.

Por isso, Presidente, nós encaminhamos contrariamente a essa urgência e iremos encaminhar contrariamente a esse mérito, como ao dos demais projetos, todos, para que nós possamos respeitar aquilo que nos elegeram, aquilo que nos trouxe naquela votação de 2018, Refiro-me à indignação do brasileiro com o tamanho do custo do Estado e com o excesso de privilégios de algumas poucas categorias, seja de servidores, seja de políticos, seja de Ministros — estão cada vez mais políticos os Ministros do STF —, ou quem quer que seja.

Então, aqui fica registrado o nosso voto contrário a essa urgência, o pedido de que esta votação seja nominal, assim como das demais urgências votadas aqui hoje, e o pedido para que os pares possam nos acompanhar.

Muito obrigado.

Documento 3/13

182.2022	Sessão Ordinária - CD	21/12/2022-12:48
Publ.: DCD - 12/22/2022 - 106	Marcel Van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Adesão à proposta do Deputado Tiago Mitraud de votação nominal do mérito de projetos de lei sobre o reajuste salarial dos servidores públicos. Discussão do Projeto de Lei nº 2.955, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 10.356, de 2001, com vista ao reajuste da remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União - TCU.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero reforçar aqui a sugestão de acordo feita pelo Deputado Tiago Mitraud, para que possamos passar diretamente às votações do mérito, sem as obstruções, sem os requerimentos, e fazer a verificação nominal de todos os projetos e assim limpar a pauta com mais rapidez. Sei que V.Exa. devolveu ao Líder Tiago a construção desse acordo. Nós sabemos que, em geral, a Mesa consulta os Líderes. O problema é que os Líderes não estão aqui, pelo menos não a maioria deles. Estão em outro lugar, tratando da PEC e tal.

Mas este tema dos aumentos salariais, que deveria ser amplamente discutido por esta Casa, não conta com a participação dos Líderes no plenário, salvo um ou outro que está aqui, e não conta com a participação dos Parlamentares. Quem está nos assistindo de fora e mesmo quem está aqui no plenário da Câmara ou acompanhando esta sessão nos gabinetes percebe que só o Partido Novo está utilizando a palavra para discutir este tema. Por que os demais não vêm, além do Relator, defender aqui os aumentos salariais que estão sendo propostos no final desta legislatura, na última sessão? Por quê? Por que não querem verificação nominal, ou seja, mostrar o voto de cada Parlamentar nesses aumentos? Por quê? Porque quem está lá fora pagando essa conta não vai gostar de saber que o seu representante está votando contra quem paga os impostos neste País.

Repito: nada temos contra o serviço público, pelo contrário, ele é absolutamente necessário, e nós sabemos da qualidade de muitos técnicos do Tribunal de Contas da União, que, neste momento, estão sendo beneficiados

por este aumento. Mas nós sabemos que também lá, porque é a mesma legislação que regula, salvo pequenas variações, o nosso serviço público, não há a avaliação de desempenho que a PEC 32, da reforma administrativa, pelo menos em parte, vinha a implementar no serviço público nacional.

Mas repito, Presidente: esse acordo está na mesa, está também nas mãos de V.Exa. e dos demais Líderes, para que nós avancemos a pauta e voltemos a tratar da PEC do Lula. Queremos derrotar, hoje, a iniciativa de retirar da Constituição o teto de gastos, derrotá-la logo e, no segundo turno, vencer aquilo que não pudemos vencer antes.

Nós estamos prontos para cumprir esse acordo de votar nominalmente cada matéria.

Documento 4/13

182.2022	Sessão Ordinária -	21/12/2022-13:00	
	CD		
Publ.: DCD - 12/22/2022	- Paulo Ganime-NOVO -RJ		
110			
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO	DE
		VOTAÇÃO	
		DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.955, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 10.356, de 2001, com vista ao reajuste da remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União - TCU

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, é uma pena que neste meu último dia nesta Casa, pelo menos nos próximos 4 anos, nós estejamos votando esse tipo de matéria.

Eu entrei nesta Casa acreditando que aprovaríamos muitas reformas importantes, tanto do ponto de vista econômico, como até mesmo no combate à corrupção, algo mais avançado, É verdade, tivemos importantes vitórias, como marcos regulatórios fundamentais para o País. Agora, o Brasil não avançou na reforma tributária, não avançou na reforma administrativa. Eu, inclusive, acho que seria nesta discussão que nós deveríamos tratar desse tipo de matéria.

Como eu disse na minha fala anterior, é meritório, sim, discutir recomposição salarial de servidor público, até mesmo readequação de carreiras, de salários, porque há categorias que estão abaixo das demais categorias do serviço público. Quando se compara, inclusive, a mesma esfera e o mesmo Poder, há

distorções entre esferas e há distorções entre Poderes.

Mas o que se faz aqui, mais uma vez, não é uma discussão ampla, técnica, adequada, analisando impacto, analisando o que se pratica no Brasil e no exterior, analisando as relações entre as carreiras. Aquelas que têm representatividade ou, de alguma forma, força política conseguem estar aqui hoje sendo representadas, e são votados os projetos de lei — votamos ontem e estamos votando hoje —, o que não acontece em relação a tantas outras carreiras, inclusive nos Municípios.

Há projetos de reformas importantes e, até mesmo, como bem disse o Deputado Marcel, sobre o que vem acontecendo em espaço curto de tempo, quando o STF e o TSE vêm usurpando e infringindo a diferença, a separação de Poderes, a harmonia entre os Poderes, e esta Casa não os vota.

É uma pena que hoje, no fim desta legislatura, quando o Parlamento podia estar representando de forma adequada o seu papel perante a sociedade, mostrando que a sociedade é bem representada pela Casa do Povo, que é a Câmara dos Deputados, essa Casa do Povo não vota o que o povo quer, mas o que minorias bem representadas querem. Acaba que distorcemos, mais uma vez, a relação entre a sociedade e o poder público.

É o que está sendo votado hoje. Digo isso sem nenhum demérito às categorias aqui representadas. Acho que várias delas exercem seu papel de forma adequada, com responsabilidade. Elas desempenham, inclusive, um papel muito importante para o País. Mas, quando vemos a figura como um todo, quando vemos a imagem do Brasil como um todo, com o que está sendo votado aqui hoje, tanto através desses projetos que aumentam salários quanto através dessa PEC, a PEC do furo, do rombo nas contas públicas, não estamos representando a população...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 5/13

182.2022	Sessão Ordinária - 21/12/2022-13:04		
	CD		
Publ.: DCD - 12/22/2022 - 111	Tiago Mitraud-NOVO -MG		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO	DE
		VOTAÇÃO	
		DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação nominal do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.955, de 2022, sobre a alteração da

Lei nº 10.356, de 2001, com vista ao reajuste da remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União - TCU.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, como o pedido nosso para que as votações fossem nominais não foi atendido pela Presidência, temos o requerimento, para ver se outros partidos nos apoiam nesse pedido de votação nominal.

Para não ficarmos aqui só na crítica a essas propostas de aumento de salário, nós temos propostas. Eu apresentei, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, modelo de remuneração dos servidores públicos utilizado nas democracias e nos serviços públicos mais bem consolidados do mundo, como Estados Unidos e Portugal. Portugal, inclusive, teve que fazer, durante um governo de esquerda, ampla reforma administrativa porque o país quebrou. Ou ele fazia uma reforma administrativa que realmente colocasse o tamanho do serviço público dentro do bolso dos cidadãos portugueses ou o país ia quebrar.

O que esses países fazem? Eles classificam as carreiras, as funções no serviço público de acordo com a complexidade e com o nível de entrega de cada servidor dentro dessa função. Aquelas funções de maior complexidade, obviamente, têm remunerações maiores, e aqueles servidores que, dentro daquela função de mesma complexidade, desempenham mais resultados recebem mais.

Assim, a discussão fica fácil. Não há pressão de categoria por categoria sobre o Congresso para se aumentar salário todos os anos. É uma discussão técnica. Há ali uma tabela, uma matriz de complexidade da função e de nível de entrega de resultados. É essa a tabela salarial do serviço público português. É essa a tabela salarial do serviço público americano. Ela sofre uma taxa de correção anual compatível com as mudanças do setor privado. E ela é ajustada, cada um dos seus níveis de complexidade, de acordo com o que recebe o cidadão médio americano e o cidadão médio português.

Por que o Brasil não faz a mesma coisa? Esse projeto é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Infelizmente, o Governo Bolsonaro não enviou nada a respeito disso para o Congresso, e não pudemos debater e votar a matéria. Mas isso ainda é essencial. Se não o fizermos, nós vamos ficar para sempre nessa discussão de qual vai ser a categoria da vez a ser beneficiada, aquela que faz pressão suficiente no Congresso para receber seus aumentos em determinada vez.

Quero que os servidores recebam o quanto eles merecem, mas a discussão não pode ser feita categoria por categoria, o que está acontecendo aqui hoje. Por isso, pedimos que o projeto seja votado nominalmente.

Documento 6/13

182.2022	Sessão Ordinária - CD	21/12/2022-13:08
Publ.: DCD - 12/22/2022 - 112	Tiago Mitraud-NOVO -MG	
	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma administrativa.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, continuando aqui no debate de propostas — é esse o debate que o Brasil precisa fazer —, registro que o próprio Presidente eleito, Lula, durante a campanha eleitoral, quando questionado sobre reforma administrativa, disse que é necessária uma reforma administrativa no Brasil. O próprio Presidente Lula admitiu que existem categorias do serviço público que recebem muito e algumas categorias que recebem pouco. E por isso é necessária uma reforma administrativa no País.

Coloquei na mesa essa proposta. Vamos nos espelhar no modelo dos Estados Unidos, vamos nos espelhar no modelo de Portugal. Como falei, em Portugal foi um governo de esquerda que fez uma ampla reforma administrativa. Convido aqui o Governo eleito a discutir, de forma técnica, sem privilégio a nenhuma categoria, uma reforma...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 7/13

182.2022	Sessão Ordinária - CD	21/12/2022-20:28
Publ.: DCD - 12/22/2022 - 247	Professor Israel Batista-PSB -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos colaboradores com o orador na implementação de ações em defesa do setor educacional e contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Desafio do mandato do orador de atuação em defesa da democracia. Agradecimento aos Parlamentares do PV e do PSD. Despedida do Parlamentar da Câmara dos Deputados.



O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PSB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje eu faço meu último discurso desta tribuna, pelo menos nesta legislatura.

Eu quero dizer que este mandato, para mim, significou muito trabalho, significou uma atuação muito corajosa, significou uma dedicação com toda a excelência possível às minhas funções aqui no Congresso.

Quero agradecer a todos que me ajudaram a construir uma frente de educação sólida, forte, que conseguiu articular a aprovação do novo FUNDEB, defender o ENEM, defender os institutos federais, defender as universidades, aprovar a Lei da Conectividade para todas as escolas brasileiras. Eu também quero agradecer àqueles que me ajudaram a impedir que o debate da educação brasileira se tornasse um debate de costumes. Conseguimos evitar que este Congresso se digladiasse, falando de ideologia de gênero, ao invés de discutir crise de aprendizagem. Conseguimos evitar que o debate do Escola sem Partido ocupasse o espaço que deveria ser ocupado pela evasão escolar. Conseguimos evitar, Presidente, que a pauta de costumes tomasse o lugar da pauta realmente importante para o estudante e para a escola brasileira.

Quero agradecer também a todos os colegas Parlamentares que me ajudaram a enfrentar a reforma administrativa, a PEC 32, uma reforma que não atendia aos interesses da população brasileira, porque fragilizava o serviço público, atacava a estabilidade, prejudicava o acesso do servidor por meio do concurso público ao serviço público. Quero agradecer aos que me ajudaram no enfrentamento ao Ministro Paulo Guedes.

O maior desafio desse meu mandato, Presidente Marcelo, foi defender a democracia. Isso teve um alto custo eleitoral numa cidade que está tomada pelo bolsonarismo mais agressivo. O Distrito Federal, Presidente, tem uma maioria de população que votou no Presidente Bolsonaro. Portanto, fazer frente aos ataques à democracia custou muito caro a todos os Parlamentares que tiveram essa posição aqui no Distrito Federal.

O que me marca nesse mandato é a solidariedade e a amizade dos meus colegas. Quero aqui agradecer especialmente ao Partido Verde, que me acolheu no início deste mandato, ao PSB, que é o partido que me acolheu agora nesse final de mandato. Quero agradecer aos amigos Deputados e Deputadas. São eles: Tabata Amaral, Felipe Rigoni, Marcelo Ramos, Professora Dorinha, Eduardo Bismarck e todos os amigos que participaram comigo dessa jornada.

Eu deixo o Congresso Nacional com a sensação de dever cumprido, com muito orgulho do trabalho que fiz aqui. E agora, mesmo fora do Congresso, eu quero continuar contribuindo para a educação brasileira de qualidade, para a defesa do serviço público. A minha expectativa é que, nos próximos 4 anos, o Brasil consiga chegar mais perto da justiça social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um grande abraço a todos os meus colegas queridos e amigos aqui da Câmara.

(Palmas.)

Documento 8/13

182.2022	Sessão Ordinária - 21/12/2022-20:36 CD		
Publ.: DCD - 12/22/2022 - 249	Marcel Van Hattem-NOVO -RS		
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.441, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 11.416, de 2016, para reajuste da remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União. Defesa de realização da reforma administrativa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós pedimos a retirada de pauta desse projeto, como já fizemos nos pedidos anteriores. Se não estamos enganados, esse é o último projeto na pauta dos aumentos ou há mais outros?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PSD - AM) - Há outros projetos de acordo. Esse é o último projeto de recomposição salarial.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Certo. Obrigado, Presidente.

Então essa é a nossa derradeira de retirada de pauta, pelo menos de solicitação, o nosso derradeiro requerimento de retirada de pauta desse tema. E nós lamentamos que tenhamos perdido todos os outros. Nós perdemos todas hoje. Perdemos todas, mas não perdemos a nossa coerência com o discurso e a prática, como temos falado aqui, em relação ao que entendemos ser o correto no serviço público e também na própria Câmara dos Deputados, que, no nosso entendimento, deveria votar nominalmente todos esses projetos.

Portanto, encaminhamos, mais uma vez, favoravelmente ao requerimento de retirada de pauta, entendendo que não é momento para conceder aumentos, muito menos para o Poder Judiciário, uma vez que ele já detém, dentre os Poderes, os mais altos salários em proporção. Sabemos que alguns servidores

não têm salários tão altos, mas esses, em geral, estão no nível municipal, não no nível da União, muito menos no Poder Judiciário.

Aqui fica, mais uma vez, o nosso pedido para que possamos aprovar uma reforma administrativa de verdade que valorize o bom servidor, que possa penalizar aquele que é incompetente. Isso depende desta Câmara dos Deputados. É uma pena. Mais um ano se passa e mais uma oportunidade é perdida de aprovarmos uma reforma administrativa.

Obrigado, Presidente.

Documento 9/13

182.2022	Sessão Ordinária - CD	21/12/2022-11:04
Publ.: DCD - 12/22/2022	Camilo Capiberibe-PSB -AP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Balanço da atuação parlamentar do orador na Casa. Luta do Parlamentar contra a desestruturação do Estado brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Confiança na reconstrução do País pelo futuro governo. Agradecimento aos Parlamentares, aos eleitores amapaenses e assessores, ao ensejo de sua despedida da Câmara dos Deputados.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu subo hoje a esta tribuna para agradecer a confiança em mim depositada em 2018 pelo povo do Amapá, que me deu a honra de representar nosso Estado na Câmara dos Deputados durante esses 4 anos. Sinto-me honrado de ter tido essa oportunidade e busquei, a cada dia deste mandato, corresponder à confiança que foi depositada em mim, porque o voto é um ato sagrado da democracia, e eu tive a oportunidade de recebê-lo e ser eleito.

Vou fazer apenas um breve relatório das ações legislativas deste mandato, que eu acho que são a nossa tarefa do dia a dia como Parlamentares: foram 99 projetos de lei apresentados; 17 projetos de decreto legislativo; 7 propostas de emenda à Constituição, inclusive uma que propôs o fim do teto de gastos, que nós estamos debatendo aqui; 44 emendas a PECs apresentadas; 6 pareceres em Plenário — sendo um parecer aprovado, que foi o parecer à Lei do Despejo Zero, para proteger os moradores de áreas de ocupação urbanas e rurais. Infelizmente, o Senado tirou os rurais, mas nós sabemos que a questão da terra

é um problema. Em relação à questão da terra rural, dizem: "Ah! é um problema maior ainda", mas é algo que vamos enfrentar, certamente, agora, a partir do dia 1º de janeiro de 2023. Também foram 117 requerimentos, sendo 19 requerimentos de audiência pública, 15 requerimentos de convocação de Ministros e 11 requerimentos de informações e 4 substitutivos.

Mas eu considero que a tarefa maior do nosso mandato foi, nos 4 quatro anos, resistir à política de desmonte eleita em 2018. Nós montamos uma verdadeira trincheira neste Parlamento, com bravos homens e mulheres Parlamentares, para diminuir... É claro, não conseguimos impedir tudo. Aprovaram uma reforma da Previdência danosa, tirando o direito de aposentadoria do povo brasileiro. Aprovaram, na Comissão Especial, uma reforma administrativa para acabar com o serviço público, mas nós conseguimos impedir que ela viesse ao Plenário.

Fomos derrotados em muitas circunstâncias? Fomos, mas conseguimos impedir várias ações de desmonte. E conseguimos algo muito maior, que foi estruturar a derrota do projeto representado pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Por isso, eu sinto que a nossa missão foi integralmente cumprida. A partir do dia 1º de janeiro de 2023, nós teremos um Governo de reconstrução deste País generoso, deste País respeitado internacionalmente, deste País que é capaz de incorporar a população na dignidade, no setor produtivo, no emprego, na política social.

Muito obrigado ao povo do Amapá por esta oportunidade. A luta continua em outras trincheiras!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos os Parlamentares que estiveram aqui nesses 4 anos.

Muito obrigado a todos os assessores desta Casa por tudo o que fizeram, o que permitiu que nós cumpríssemos nossa tarefa, Deputado Célio Moura e Deputado Bira do Pindaré. Nós somos vencedores.

No dia 1º de janeiro, o Brasil começa a seguir no trilho que nós acreditamos ser o melhor, o trilho da inclusão, da generosidade e do desenvolvimento.

Muito obrigado.

(Palmas.)

Publ.: DCD - 12/22/2022 - Tiago Mitraud-NOVO -MG

ORDEM DO DIA ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.923, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.377, de 2022, com vista ao reajuste da remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão das funções de confiança da Defensoria Pública da União.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero trazer alguns dados a respeito de quanto o País gasta hoje com o salário do funcionalismo. Naturalmente, essa não é crítica a nenhum funcionário público em especial, a nenhuma categoria que está aqui pedindo aumento para si. É uma crítica à estrutura do País. Lembro que sou filho de funcionários públicos. Conheço muito bem a categoria, com o exemplo que tenho em casa.

A realidade é que, de 70 países analisados pela OCDE — a organização dos países mais ricos do mundo, como é, de certa forma, simplificada a sua explicação —, o Brasil é o sétimo em percentual do PIB que vai para o pagamento do funcionalismo. Estão na nossa frente apenas Arábia Saudita, Dinamarca, Jordânia, África do Sul, Noruega e Islândia. Países daqui da América Latina, como Colômbia, Peru e Chile, pagam entre 6% e 7% do PIB para o seu funcionalismo público. O Brasil paga 13,4% para o funcionalismo público. É praticamente o dobro do que nossos pares latino-americanos pagam.

Nós queremos, sim, e precisamos ter serviço público de qualidade. Sou um defensor disso e trabalhei, nos 4 anos do meu mandato, em torno dessa pauta da gestão pública e de uma reforma administrativa que fosse capaz de reconhecer os bons servidores; em torno de uma estrutura de Estado que permitisse que aqueles que mais entregam resultados fosse mais bem reconhecidos, que aqueles que ocupam as posições de maior responsabilidade fossem mais bem remunerados. Contudo, o que nós vemos da atual estrutura do serviço público brasileiro é o que os dados da OCDE mostram: que nós somos um país de renda muito baixa, com produtividade muito baixa e com percentual do PIB altíssimo destinado a salários do funcionalismo.

Este País não vai para frente enquanto nós não revertermos essa lógica. Nós não podemos ter uma máquina pública que vive de tanto e tanto recurso do cidadão comum brasileiro. É ilógico, é irracional, no último dia de sessão do ano, nós queremos que uma categoria que recebe muito, proporcionalmente ao PIB e à renda do brasileiro, receba ainda mais. Por isso, é urgente retirarmos

esse projeto de pauta.

Documento 11/13

182.2022	Sessão Ordinária - 21/12/2022-12:24
	CD
Publ.: DCD - 12/22/2022	Marcel Van Hattem-NOVO -RS
-	
ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.923, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.377, de 2022, com vista ao reajuste da remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão, bem como das funções de confiança da Defensoria Pública da União.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - O Deputado Tiago Mitraud foi muito feliz na sua colocação, na sua fala, em relação à origem dos altos salários que são pagos, os altos, os médios, os baixos, todos os salários que são pagos no serviço público. Não precisamos nem entrar aqui no mérito do valor da pobreza brasileira.

Somos um País pobre. Nós temos um PIB *per capita* muito baixo em relação à média internacional. E ainda assim muitas ilhas em nosso País consideram-se merecedoras de salários completamente incompatíveis com aquilo que a iniciativa privada pratica. Não é nada contra uma boa remuneração, mas é algo a favor da lógica de todos poderem crescer juntos. Infelizmente, essa lógica não é uma regra no Brasil. Os salários são muito díspares, e, por isso, grande parte da desigualdade social do Brasil é promovida pelo Estado.

Engana-se quem acha que a iniciativa privada é a responsável por grande da desigualdade social no Brasil. Não, no Brasil, grande parte dela é gerada pelo Estado, e isso vai muito além daquilo que verificamos nos salários da administração pública. E repito: quando há meritocracia, avaliação de desempenho, são muito mais justificáveis os valores pagos. Quando não há, são muito mais execráveis. Por isso mesmo, todo funcionário público que preza por sua profissão de servidor, de serviço ao povo brasileiro, nos Estados ou nos Municípios, aos cidadãos do seu Estado e do seu Município, deve também apoiar uma reforma administrativa. Essa reforma administrativa deve garantir avaliação de desempenho, garantir que o cidadão lá na ponta se sinta, no momento de receber o serviço, bem atendido e, portanto, também se sinta à

vontade com a remuneração auferida por aquele que está no serviço público.

Mas como dizia, Sr. Presidente, temos que fazer uma reflexão muito mais ampla sobre o que nós queremos como País. O Brasil precisa aprender a caminhar com as próprias pernas em todos os setores. E isso significa não gerar mais despesa do que aquilo que o País tem de receita.

Ontem vimos mais uma PEC que fura o teto sendo aprovada aqui neste Parlamento. É injustificável! Dizem que é para pagar benefício para os mais pobres, mas hoje vemos de novo a aprovação de salários para quem ganha mais.

Documento 12/13

182.2022	Sessão Ordinária - 21/12/2022-12:28		
	CD		
Publ.: DCD - 12/22/2022	Paulo Ganime-NOVO -RJ		
-		ENCAMINHAMENTO	DE
	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	
		DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 2.923, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 14.377, de 2022, com vista ao reajuste da remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão, bem como das funções de confiança da Defensoria Pública da União.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Também fico feliz de ver V.Exa. aqui presidindo os trabalhos e conduzindo os debates sempre de forma educada e ponderada.

Presidente, volto a fazer um apelo. Acho que aqui o debate é para fora, mas é para dentro também. Infelizmente, o plenário agora está vazio. Mas eu apelo para os Deputados aqui presentes a fim de que entendam mais uma vez que o que está acontecendo aqui não é a visão do que a sociedade clama.

Eu não consigo entender Deputados que manifestam sempre sua posição, dizendo que trabalham pensando nos mais pobres, nos mais necessitados, que defendem auxílios, compactuarem com um projeto que aumenta o salário daqueles que recebem mais no Brasil, e não é só no funcionalismo público.

Aqui também há uma coisa importante. Para V.Exas. verem a disparidade que existe até mesmo dentro do funcionalismo público — acho importante falar

sobre isso também, o Deputado Sanderson recordou muito bem durante o tempo de fala da minha discussão —, estamos falando só dos Poderes Legislativo, Judiciário e de alguns outros poderes acessórios. O Poder Executivo, de maneira geral, não está em debate. Inclusive, os salários de muitos cargos do Poder Executivo Federal são bem abaixo daqueles que estamos discutindo hoje.

Então, se estivéssemos falando de uma grande reforma administrativa, se estivéssemos falando de meritocracia, revisão de cargos e salários com aumentos justos que devem ter, sim, em algumas funções, acho que seria meritório pensar assim em alguns aumentos. Acho que há discrepância, há distorções. Realmente há alguns cargos que estão muito defasados, outros não. E aqui não. Aqui mesmo, dentro do funcionalismo público, vemos que há aqueles do alto escalão e do baixo escalão ou do alto clero e do baixo clero, aqueles que são beneficiados pelo seu papel político e conseguem fazer pressão de alguma forma e aqueles que não.

Então, a briga aqui não é entre o funcionalismo público e o setor privado. Dentro do funcionalismo público, há enormes distorções. Dentro do funcionalismo público federal há distorção, e, quando se compara com Estados e Municípios, mais ainda.

Nós sabemos que tanto falaram de menos Brasília e mais Brasil, ou de mais Brasil e menos Brasília, mas aqui estamos no sentido contrário. Os funcionários públicos dos Municípios estão sem dinheiro, muitas vezes; os dos Estados, a mesma coisa; e para o funcionário federal, que acumula dinheiro, existe recurso para dar aumento.

Documento 13/13

033.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	22/12/2022-12:42
Publ.: DCN - 12/29/2022 - 28	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudações ao Presidente Rodrigo Pacheco e ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes. Agradecimento aos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Posicionamento do orador favorável à realização das reformas tributária e administrativa; à abertura do mercado do setor elétrico e ao reexame da sistemática de indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Relevância de matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados. Apelo ao Presidente do Senado Federal de votação do projeto de lei relativo aos semirreboques. Agradecimento à equipe de trabalho do orador, aos Deputados do partido Novo, bem como aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro pelos votos recebidos nas eleições ao governo

estadual.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. É um prazer estar aqui na sua presença neste momento importante, última sessão do Congresso Nacional nesta legislatura e a minha aqui nesta Casa, pelo menos pelos próximos anos.

Subo aqui hoje para falar... Eu me lembro do meu primeiro discurso neste Plenário, aqui nesta tribuna.

Cumprimento também o nosso Líder aqui, Senador Eduardo.

Eu subo aqui e me lembro do meu primeiro discurso, ainda incerto de como seriam os últimos quatro anos - os próximos quatro anos, naquele momento -, se eu conseguiria contribuir para as mudanças de que o Brasil e, em especial, o meu Rio de Janeiro precisavam e como seria a interação com outros políticos.

De lá para cá, até concorri ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, no intuito de tentar melhorar ainda mais a política do meu estado, um estado sofrido, que teve os últimos cinco Governadores presos; um sexto, que sofreu *impeachment*.

Hoje eu olho para trás e posso dizer, com muito orgulho, que eu fiz parte de muitos avanços que serão importantes para que o Brasil possa crescer pelos próximos anos.

Eu cheguei aqui achando que não havia político decente. Falo isso com muita tranquilidade, porque hoje eu sei que há, sim, vários Parlamentares, Senadores e Deputados, que trabalham com muito afinco por aquilo em que eles acreditam, mesmo aqueles de cujas pautas eu discordo, às vezes de forma veemente, mas cujo intuito eu sei que muitas vezes é o melhor para o Brasil sob o seu ponto de vista.

Muitos técnicos também, muita equipe boa - e aqui agradeço à equipe do Congresso Nacional, do Senado, da Câmara dos Deputados, desde aqueles que são concursados, servidores de carreira, àqueles também que são nomeados aqui para a Casa, trabalhando nos gabinetes dos Deputados e Senadores, das lideranças partidárias -, que nos surpreendem também pela qualidade técnica, pela capacidade e pela vontade de trabalhar de tantos servidores.

Não podemos esquecer também nossos amigos - hoje amigos - que sempre estão nos assistindo, nos ajudam no café da Câmara, no Plenário - com muitos deles a gente acaba estabelecendo uma ótima relação -, e que estão sempre aqui, a postos, trabalhando até altas horas com a gente também.

E este momento também é um momento para a gente lamentar. Lamentar

aquilo que não deveria ter avançado e avançou e aquilo que deveria ter avançado e não avançou nesses quatro anos.

Algumas pautas estruturantes, como, por exemplo, reforma administrativa, reforma tributária, abertura do mercado elétrico, regra de indicação de Ministros do STF e outras também importantes não caminharam como deveriam.

Conseguimos, sim, aprovar temas já sancionados hoje, que já são leis, e são importantes para o Brasil, como a reforma da previdência, o Cadastro Positivo, o marco de saneamento, o marco das *startups*, o Governo Digital, a Lei da Liberdade Econômica, a Lei do Gás, a telemedicina e outros que passaram pela Câmara e seguem em tramitação no Senado, como, por exemplo, o meu PL dos semirreboques - até faço aqui um apelo ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco: que a gente consiga avançar esse PL que está lá, sob a relatoria do Carlos Portinho, Senador Portinho, um PL que é importante, sobre semirreboques. Depois eu te passo o detalhe do número para a gente fazer isso avançar -, o PL do turismo colaborativo e tantos outros projetos que já passaram aqui pela Câmara e estão lá no Senado Federal.

E eu aproveito também para agradecer àqueles que trabalharam comigo ao longo desses quatro anos. Claro, primeiro, aos Deputados Federais do Novo, meus amigos, colegas, que foram sempre presentes, sempre muito atuantes. Segundo, aos demais Parlamentares aqui presentes e aos que não estão aqui hoje, mas que também trabalharam em conjunto em várias pautas. Ao nosso gabinete, meu gabinete, o Gabinete 230 da Câmara, que trabalhou muito, mesmo sendo um gabinete enxuto.

Ao longo desses quatro anos, a gente trabalhou, em média, com oito assessores, mas entregamos muitos resultados, reconhecidos tanto pela imprensa, pelos colegas Parlamentares, como também, é claro, por institutos que avaliam a qualidade do Parlamento brasileiro, gerando muito impacto, com um trabalho muito árduo não só aqui na Câmara, mas também lá no Rio de Janeiro, onde eu tive o orgulho e a vontade de conhecer cada um dos 92 municípios do nosso estado...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - ... para estar próximo da população e conseguir conhecer de fato a população.

Eu não posso esquecer também que esta Casa teve uma coisa muito relevante na minha vida pessoal. Foi aqui, no Plenário das Comissões, que eu conheci a minha esposa, como repórter da Câmara, me entrevistando, inclusive sobre a Lei do Gás. E hoje estamos casados há mais de um ano, 1,5 ano praticamente, o que acabou marcando minha vida também para sempre. Independentemente

de eu estar aqui, esta Casa vai levar sempre isso comigo com carinho.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Eu sempre digo que entrei aqui nesta Casa com o objetivo de ajudar a mudar a política brasileira. Com certeza, não dá para mudar tudo sozinho. Mas eu acho que a gente deixa um legado, um legado de que é possível fazer política de uma forma diferente.

Apreendi também a saber como fazer a política tradicional, para que a gente também possa fazer com que pautas avancem, mas trazendo uma nova forma de fazer política.

Saio daqui feliz pelo trabalho, contente pelo que a gente fez, com orgulho do trabalho realizado...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - ... mas sempre com aquele sentimento de que poderíamos ter feito mais.

Agradeço, mais uma vez, a todos vocês. Também não poderia deixar de agradecer ao meu partido, ao Partido Novo, porque foi graças ao Novo que eu entrei na política.

Agradeço, mais uma vez, à equipe da Liderança do Novo, muito qualificada, ao meu gabinete, à Bancada do Novo, a apoiadores, a voluntários.

Eu tive um programa de voluntariado no Rio de Janeiro de que muita gente participou, que foi também mais uma forma de aumentar o impacto do meu trabalho, mas também de fazer com que a população se aproximasse...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - ... da política.

Agradeço aos doadores de campanha e orgulho-me também daqueles que votaram em mim, votaram em mim em 2018, que me trouxeram para cá, 52.983 votos; e, agora, para Governador, quase 450 mil votos, no Estado do Rio de Janeiro.

Infelizmente, não fui eleito, mas eu acho que passamos uma mensagem, passamos o recado para a população de que dá, sim, para ter esperança e de que dá, sim, para fazer uma política diferente.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado pelo tempo adicional também.

Continuem o bom trabalho!

Que, nos próximos anos, este Parlamento trabalhe a favor da população brasileira.

Muito obrigado.
